APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA

T. Borba,......h. do dia/2021

LIDO NO EXPEDIENTE

T. Borba,13:30 hs do dia 19/07/2021

Hamilton Aparecido Machado Elisângela Rezende Saldivar Presidente 1º Secretária

Hamilton Aparecido Machado Presidente

EMENDA Nº 07/21

Projeto de Lei Ordinária nº 37/2021

A Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização, no uso de suas prerrogativas legais e em conformidade com o que dispõem os artigos 131 e 132, da Seção IV do Regimento Interno desta Casa de Leis, vem propor a presente EMENDA MODIFICATIVA ao Projeto de Lei Ordinária nº 37/2021 de autoria do Poder Executivo que "Institui os Conselhos Deliberativo e Fiscal e o Comitê de Investimentos do Fundo Previdenciário do Município de Telêmaco Borba - FUNPREV, altera e revoga artigos da Lei 968 de 26 de novembro de 1993 e dá outras providências", passando o art. 18 a vigorar da forma descrita a seguir:

Art. 18. Altera a redação dos incisos V, X, XI, XII e XIII, revoga o inciso IX, altera a redação do parágrafo único do art. 141 da Lei 968 de 26 de novembro de 1993, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 141. [...]

[...]

V - Inalterado;

IX - Revogado;

X - Inalterado:

XI - Inalterado:

XII - Inalterado:

XIII - Inalterado;

Parágrafo único. O Superintendente, em suas ausências e impedimentos legais e eventuais, será substituído por um dos presidentes dos órgãos colegiados do Fundo Previdenciário Municipal, por ele designado.

dunk

JUSTIFICATIVA

A referida emenda tem por objetivo suprimir a redação do parágrafo 1º do art. 141 da Lei nº 968/93, incluído pelo Poder Executivo através do artigo 18 do Projeto de Lei, tendo em vista as previsões contidas na Lei Complementar nº 173/2020 direcionadas aos Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19.

O artigo 8º da referida Lei Complementar proíbe até 31 de dezembro de 2021 a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública.

Sala das Sessões, 14 de julho de 2021.

Anderson Antunes
Presidente

Antonio Carlos Flenik Relator

Ezequiel Ligoski Betim Vogal